

Governo: votar logo é obrigação

A convocação extraordinária do Congresso Nacional a partir do dia 5 de dezembro, para discussão e aprovação das leis que vão regulamentar a Constituição, deverá ser iniciativa dos próprios deputados e senadores mesmo que muitas dessas medidas sejam de interesse do Executivo, como é o caso do Orçamento da União para 1989.

Esta é a posição predominante, pelo menos por enquanto, dentro do Governo, segundo afirmou ontem um assessor do presidente José Sarney, ao argumentar que, com a consolidação do processo democrático, não cabe mais ao Executivo adotar "posição paternalista".

A assessoria do Presidente da República considera necessária a convocação do Congresso para um período extraordinário para a regulamentação dos inúmeros dispositivos constitucionais e outros de ajuste da economia, como o pacote fiscal.

Mas a iniciativa deve partir do próprio Legislativo, porque estão em questão interesses dos estados e municípios, explicou o assessor presidencial. A responsabilidade pela condução do processo legislativo deve, portanto, ser assumida pelos congressistas.

O entendimento da assessoria do Presidente da República é de que estão na dependência da

aprovação do Congresso matérias financeiras que afetam diretamente a economia estadual e municipal, como transferência de recursos que, se não forem aprovadas ainda este ano, poderão inviabilizar a execução de projetos e programas importantes para a população brasileira, especialmente a de renda baixa.

A expectativa do Palácio do Planalto é de os principais interessados na regulamentação dos dispositivos da Constituição — governadores e prefeitos, particularmente — pressionarão os deputados e senadores para a necessidade de convocação do Congresso Nacional.